

BÍBLIA E DIREITOS HUMANOS

Cláudio Vianney Malzoni

No dia 10 de dezembro de 2008 celebramos os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O número redondo nos convidou a refletir mais uma vez sobre o tema. Tal reflexão deve nos lançar para o futuro, uma vez que queremos um futuro no qual os Direitos Humanos sejam respeitados. Ao mesmo tempo, nos voltamos para o passado, para os 60 anos de existência da Declaração.

Dado o tema deste artigo: Bíblia e Direitos Humanos, meu olhar, necessariamente, tem que se espichar um pouco mais, voltando-se para um passado mais longínquo. A Bíblia, em sua versão cristã, terminou de ser escrita no princípio do século II dC. Em sua versão hebraica, esta data deve ser retrocedida em quatro séculos aproximadamente. Neste retorno ao passado, contudo, não posso me esquecer que nossa reflexão deve nos lançar para o futuro. Vamos ao túnel do tempo¹.

1. Sagrada Escritura e Direitos Humanos – uma relação nem sempre tranquila

Há um jogo de palavras que consiste em se estabelecer associações de ideias que ligam diversas palavras entre si. Neste jogo, poderíamos estabelecer, por exemplo, as seguintes ligações: quando penso a palavra Bíblia, lembro-me de Deus; quando penso a palavra Deus, lembro-me de amor (“Deus é Amor”, 1Jo 4,16); quando penso a palavra amor, lembro-me da palavra paz. O jogo poderia continuar e poderíamos encontrar outras palavras tais como respeito, fraternidade, solidariedade (amor ao próximo), e quem sabe até as palavras *direitos humanos*.

Mas e se alguém dissesse que a palavra Bíblia lhe recorda a palavra guerra? Há, de fato, muitas guerras narradas na Bíblia. E também há machismo e xenofobia. Há inúmeros casos de prescrição de pena de morte e de extermínio de vencidos. Liberdade de pensamento? É bom se cuidar para não pensar demais, nem querer ser livre demais.

Costumo dizer que a Bíblia é grande o bastante para provar tudo e seu contrário. Assim, seria justo dizer que nos últimos dois milênios da história da humanidade a Bíblia inspirou grandes promotores da paz e do respeito humano, mas também seria verdadeiro dizer que houve pessoas que se serviram da Bíblia para oprimir, matar e negar direitos humanos. Posso citar exemplos.

1. Uma boa parte deste artigo, de modo especial seu início, foi inspirada pela releitura de um artigo do professor Francolino J. Gonçalves, da Escola Bíblica de Jerusalém. O artigo foi escrito em 1988, quando se comemoravam 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e publicado nos *Cadernos do ISTA*, Lisboa, número 6, p. 33-52; seu título: “Antigo Testamento e Direitos Humanos”.

O capítulo 3 do livro do Êxodo traz um dos textos mais belos de toda a Bíblia. Esta beleza, no entanto, não vai sem contradição. É a narrativa do encontro de Moisés com Deus no Horeb, com o episódio da sarça ardente, a revelação do nome divino e a vocação de Moisés. Vamos acompanhar alguns versículos:

⁷ Javé disse: Eu vi muito bem a miséria de meu povo no Egito. Ouvi seu clamor por causa de seus opressores. Eu conheço suas angústias. ⁸ Por isso, desci para libertá-lo das mãos dos egípcios, e fazê-lo subir desta terra para uma terra espaçosa, terra que mana leite e mel, o país dos cananeus, dos heteus, dos amorreus, dos ferezeus, dos heveus e dos jebuseus.

De um lado, Javé aparece neste texto como um Deus que *vê, ouve e conhece* a miséria, a opressão e as angústias de seu povo no Egito. Mas, por que conduzi-lo a uma terra onde já há outros habitantes?

Se tomarmos este fio e o acompanharmos pelos primeiros livros da Bíblia, vamos encontrar textos em que a expulsão dos antigos habitantes de Canaã vai tomando certos requintes de crueldade, até chegarmos à ordem de *votar ao anátema* estas populações, ou seja: exterminá-las. Vejamos mais um texto:

¹⁶ Todavia, quanto às cidades destas nações que Javé teu Deus te dará como herança, não deixarás sobreviver nenhum ser vivo. ¹⁷ Sim, sacrificarás como anátema os heteus, os amorreus, os cananeus, os ferezeus, os heveus, os jebuseus, conforme Javé teu Deus te ordenou, ¹⁸ para que não vos ensinem a praticar todas as abominações que elas praticavam para seus deuses: estaríeis pecando contra Javé vosso Deus (Dt 20,16-18).

A bem da verdade, esta ordem nunca chegou a ser cumprida em sua totalidade. Não só os vestígios históricos e arqueológicos o desmentiriam, como a própria Bíblia, que traz textos que dão conta tanto do extermínio total da população de Canaã (por exemplo Js 11,15-20), como outros que nos informam que os israelitas conviveram em Canaã com a população local (como por exemplo Jz 1,27-35). Talvez seja possível até mesmo pensar em uma convivência pacífica. Mas para tal é necessário ler alguns textos bíblicos no direito e no avesso, coisa que tomaria muito de nosso tempo. Não seria nem mesmo equivocado pensar em miscigenação entre populações no antigo território de Canaã, como nos sugere a história de Raab, contada nos capítulos 2 e 6 do livro de Josué.

Por outro lado, e para ser justo, é preciso acrescentar que esta ordem de *votar ao anátema* também existia entre povos vizinhos a Israel. Isso está testemunhado pela arqueologia e historiografia. Textos antigos destes povos testemunham entre eles esta mesma prática. Vejamos por exemplo o texto de um documento do séc. IX aC, proveniente do antigo reino de Moab, vizinho aos reinos de Israel e Judá. Neste texto, quem fala é o rei de Moab:

Camoch (deus de Moab) ordenou-me: vai e toma Nebo a Israel (...) conquistei-a e matei-os a todos: sete mil homens e escravos e mulheres e amas e mulheres grávidas (?), pois tinha-os votado como anátema a Camoch. Tirei de lá as alfaías de Javé e arrastei-as para diante de Camoch (Estela de Mechá, linhas 14 e 16-18)².

Mas voltemos aos textos bíblicos. A questão que proponho aqui é: estes textos que “pregam o genocídio” escandalizam os leitores da Bíblia? Provocam algum problema de consciência? Tenho a impressão que não, ou pouco. Talvez alguém me responda que estes textos foram escritos em um passado longínquo e devam ser lidos levando-se em conta essa distância histórica. Estou de pleno acordo. Constató, no entanto, que não é isso que vejo nem a toda hora nem em todo lugar.

Num passado não muito remoto, os textos bíblicos da “conquista da Terra Prometida” deram a mística da “conquista do Oeste” nos Estados Unidos, e as populações indígenas norte-americanas foram os novos cananeus a serem exterminados. De 1948 até os dias de hoje, as populações autóctones palestinas são tratadas como uma espécie de descendentes de filisteus que devem deixar o país porque são infiéis, idólatras, gente atrasada e inculta. Uma certa maneira de ler a Bíblia tem muito a ver com isso tudo.

Este caminho que tomamos é complexo e, de fato, não seria o único. Apontemos, ao menos, um outro caminho: aquele do machismo presente na Bíblia. Claro que sabemos – é, no mínimo, senso comum – que a humanidade deu passos largos na superação do machismo, de modo especial no último século. Mas há ainda o que fazer. Ora, um dos aliados daqueles que ainda tomam atitudes machistas é a Bíblia. Não digo isso de modo geral para toda a humanidade. A Bíblia não é um livro de toda a humanidade. Digo para aqueles países onde o cristianismo é mais presente em sua formação histórica, como seria o caso da Argentina ou das Filipinas, para citar dois exemplos, um do Ocidente, um do Oriente. Salvo exceções honrosas, o machismo predomina nas igrejas cristãs e ainda forma um tipo de mentalidade que crê que o homem é superior à mulher.

Ao lado dos exemplos dados acima, um outro elenco de exemplos poderia ser dado. Seria, se me permitem dizer, o elenco dos bons exemplos. Seriam exemplos de pessoas, de organizações, de igrejas, e outras instituições, que inspiradas pela Bíblia construíram e estão construindo bases mais sólidas para uma vivência em sociedade mais justa e mais fraterna. Não resisto a citar alguns destes casos.

Na América do Sul, mas influenciada também por fatores vindos de fora, surgiu a Teologia da Libertação. Daqui, ela atingiu todo o continente americano e foi para outras partes do mundo. Um nome símbolo desta Teologia é o de Gustavo Gutiérrez. Muitos outros nomes poderiam ser citados, incluindo o dos biblistas Carlos Mesters e Elsa Tamez. Enquanto Teologia, ela colocou o pobre como ponto de partida para sua reflexão. As consequências disso foram enormes! Era a Teologia cristã tomando a sério a Encarnação do Verbo de Deus e abrindo-se para o diálogo com o mundo moderno a partir dos humilhados. Enquanto mística, a Teologia da Liberta-

2. Citado por F.J. GONÇALVES, Antigo Testamento e Direitos Humanos, *Cadernos ISTA*, Lisboa, 6 (1988) 43.

ção alimentou a vivência cristã de muita gente, gente que deixou sua vida ser consumida no serviço aos pobres.

O pobre também tinha sido colocado como centro das atenções por Frederico Ozanam, que viveu na França no século XIX. Ozanam foi um homem de cultura, grande intelectual, professor universitário e debatedor dos rumos que a sociedade de seu tempo deveria tomar. Mas nunca deixou de encontrar-se pessoalmente com os pobres. Foi devido a esse contato pessoal que Ozanam pensava a sociedade a partir das necessidades dos pobres e por isso que fundou, com outros seus companheiros, a Sociedade São Vicente de Paulo.

Esta linha de reflexão, que não é apenas a de fazer caridade para os pobres, mas de ir repensando a sociedade para que seja mais justa, foi avançando por toda parte e trazendo à luz outras reflexões. Por exemplo, a questão da vida no planeta, e de toda vida. Não seremos humanos – mesmo com direitos – sem nos colocarmos a questão dos direitos das outras criaturas que vivem conosco no planeta Terra. O poema da criação em Gn 1,1–2,3 tem ajudado a despertar o respeito pela vida. “E haja a luz. E houve luz” (Gn 1,3). A luz é a primeira das criaturas neste poema. A humanidade é criada no sexto dia. Depois de criá-la, “viu Deus tudo que fizera, e eis que era muito bom” (Gn 1,31). Como humanidade, encontramos um mundo já existente e recebemos a missão dele cuidar.

Ainda gostaria de dar um último exemplo, tirado do miúdo do quotidiano da vida. Uma senhora das Comunidades de Base me dizia outro dia numa conversa informal que ela não tolera mais o termo ‘tolerância’. Tolerância é pouco, dizia ela, é preciso respeito. O assunto em pauta era homossexualidade, um tema condenado pela Bíblia, um desafio para quem quer pôr em relação Bíblia e direitos humanos.

2. Hermenêutica bíblica: a única saída possível

O que muda em uma e em outra postura? A Bíblia não é a mesma? Não é a mesma Bíblia que fala tanto de paz como de guerra, tanto de respeito como de preconceito? Aliás, não está nisso mesmo algo de sua beleza?

Tentemos encontrar alguma resposta. À primeira vista, parece que a questão está na seleção de textos. Quem defende os ricos encontra na Bíblia textos que elogiam os ricos. Quem defende os pobres, encontra na Bíblia textos que encorajam os pobres a se libertar de jugos que os empobrecem. Quem quer conquistar, seleciona os textos das estratégias de conquista, ocupação, e permanência em um território, seja ele onde for. E quem quer resistir à conquista? Não sei, mas até pode ser que encontre seus textos.

O que quero dizer é que a Bíblia pode ser lida aos pedaços, toda fragmentada. Tem gente que põe em destaque os textos que mais gosta, o que também é uma forma de deixar na sombra outros textos. A questão pois fica assim resolvida: uns promovem a paz porque leem os textos bíblicos que falam da paz, outros promovem a guerra porque leem textos bíblicos que falam de guerra. E assim vai...

Essa fragmentação da Bíblia, no entanto, acaba causando um grave problema. Tomemos um exemplo. Se eu deixo de lado os textos bíblicos que considero violentos, mesmo com a melhor das intenções, eu silencio estes textos e eles deixam de ser textos testemunhos de que a experiência de Deus muitas vezes também passou pela experiência da violência. Fazendo isso, eu deixo de dialogar com estes textos. Na verdade, este diálogo poderia ser um caminho para a superação da experiência de Deus pela violência. Mas este caminho fica fechado. No final, este processo de silenciar o texto pode inclusive desencadear a própria violência, como uma vingança do que foi reprimido. Ao receio de tratar da violência presente em um texto bíblico corresponde um verdadeiro temor de tratar da violência presente em mim mesmo³.

Tentemos, pois, outra resposta, que para mim tem sido mais convincente. Estamos diante de uma questão de hermenêutica, no caso, de hermenêutica bíblica. Muita gente se esquece que, quando lê a Bíblia, lê um livro de, pelo menos, quase dois mil anos. Por quantas mudanças passou a humanidade nestes quase dois milênios? Quem é capaz de responder? Os avanços das ciências e das tecnologias foram imensos. E com eles vieram as mudanças de mentalidade. Este é um assunto apaixonante!

Vou trabalhar novamente com exemplos. No campo da medicina, as diferenças são enormes. Se compararmos o que se conhecia de medicina na época e na cultura em que os livros bíblicos foram escritos e o que se conhece de medicina atualmente, temos um fosso imenso. Juntemos a isso os conhecimentos da psicologia e o fosso se torna ainda mais fundo. Ora, interessa-nos não somente a mudança em termos de conhecimento médico, mas igualmente a mudança de mentalidade que a existência destes conhecimentos proporciona em toda a sociedade, até mesmo entre aqueles que não detêm estes conhecimentos, e que sempre seremos a maioria, nós os leigos em medicina.

Os avanços em medicina nos possibilitam olhar para as doenças e buscarmos suas causas físicas, sem colocarmos em questão se estamos sendo castigados por Deus ou afligidos por demônios. Aliás, este é dos pontos mais marcantes de diferença entre o Antigo e o Novo Testamento. De fato, o Novo Testamento já assinalava uma mudança importante de mentalidade neste particular, de modo especial a partir da prática de Jesus de acolher os doentes.

Em contrário, será preciso admitir que ainda existe uma certa mentalidade religiosa que atribui tudo diretamente a Deus, que pune os pecadores com doenças e retribui os justos com saúde, ou que se crê vivendo em um mundo povoado por demônios que constantemente lhe causam enfermidades. Este tipo de mentalidade parece resistir como um arquétipo coletivo do qual tentamos nos livrar sem conseguir. Diante desse tipo de mentalidade, continua a se ouvir o grito do silêncio de Jó, uma vez que ela oprime ainda mais quem já está oprimido pela dor.

Em resumo, não podemos tomar a mentalidade das personagens bíblicas em questões de doenças como normativas, nem mesmo a mentalidade daqueles que escre-

3. José Tolentino Mendonça trata deste mesmo assunto, embora em outra perspectiva, sob o título “Violência e interpretação”. Sua reflexão é muito interessante. MENDONÇA, J. T. *A leitura infinita: Bíblia e interpretação*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2008; 54-59.

veram as páginas da Bíblia. Todos eram pessoas vivendo concretamente em situações históricas muito diferentes da nossa. Permanece, contudo, esse espírito presente na Bíblia do cuidado pelos que sofrem, sejam eles quem forem, seja de que males forem. É que há casos em que a letra deve morrer para que o espírito viva. Refiro-me à letra escrita da Bíblia e ao Espírito de Deus presente na Criação. Pretender o contrário, ou seja, dar mais importância à letra que ao Espírito, seria uma *bibliolatria*, se é que posso criar um neologismo.

Da medicina, vamos para outro campo, o dos direitos humanos, tema central deste artigo. Sem dúvida, uma das mudanças mais marcantes nos últimos tempos foi uma consciência crescente que todos nós, homens e mulheres, somos seres de direitos. Há sessenta anos, temos uma Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU e assinada por uma quase totalidade de países. Mais que pela Declaração em si com seus trinta artigos, gostaria de chamar a atenção para a mudança de mentalidade que possibilitou a existência desta Declaração, e que esta Declaração, por sua vez, também vai consolidando. Oxalá chegue a toda humanidade esta mudança de mentalidade⁴.

É esta nova mentalidade que nos ajuda a ler a Bíblia, em parte e no todo, de outra forma. Não precisamos repetir a consciência sobre Deus e a humanidade de dois ou três mil anos atrás. Hoje, Deus nos abre novamente os olhos, para que, livres de antigas cegueiras, nós o contemplemos de modo mais límpido e vejamos o próximo que devemos amar como a nós mesmos ainda mais semelhante a nós.

Em outras palavras, o que quero dizer é que se a Bíblia contribuiu para que chegássemos a uma Declaração Universal dos Direitos Humanos, ela sai desse processo muito recompensada, uma vez que esta Declaração e a mudança de mentalidade que a possibilitou – o que a meu ver é ainda mais importante que a própria Declaração – renovam nossas perspectivas de leitura dos textos bíblicos.

Para a hermenêutica bíblica, isso tudo quer dizer que há critérios fora da Bíblia que norteiam a própria leitura bíblica, ou seja, sua boa interpretação. E, de fato, deve ser assim. Ao menos a mais genuína tradição cristã sempre o compreendeu assim. Vejamos. No final do século II, Irineu chamava a atenção para a *analogia fidei*, ou seja a fé apostólica que professamos, que nos dá o quadro para a interpretação da Bíblia. Na *analogia fidei* está presente toda a tradição de fé do povo de Deus (*Ad. Haer.*, I,10,1-3)⁵. Nunca é demais lembrar que o povo de Deus é anterior à Bíblia. Foi ele que a vivenciou, que a escreveu, que a transmite e que a interpreta até o presente. Isso não quer dizer que a Bíblia, aos olhos da fé, seja apenas uma palavra humana. Ela é palavra divina. Aliás divina e humana, humana e divina.

4. O *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* registra que *oxalá* é uma palavra de origem árabe, uma interjeição e significa: “queira Deus”. Queira Deus que os ventos desta mudança de mentalidade continuem chegando aos países árabes.

5. IRINEU DE LIÃO. *Contra as heresias*: denúncia e refutação da falsa gnose. São Paulo: Paulus, 1995, p. 61-64.

Santo Agostinho, no século V, por sua vez, dizia que a interpretação da Bíblia é boa quando serve à caridade:

“Se alguém julga ter entendido as Escrituras divinas ou parte delas, mas se com esse entendimento não edifica a dupla caridade – a de Deus e a do próximo –, é preciso reconhecer que nada entendeu” (De Doctr. Christ. I, XXXVI, 40)⁶.

A caridade é portanto um novo quadro colocado para a interpretação da Bíblia. Se uma interpretação da Bíblia não passa pelo crivo da caridade, não é verdadeira. Entre nós, muito mais recentemente, Carlos Mesters ensinava que a vida vem antes da Bíblia. Esta é, inclusive, uma opção metodológica de base de todo o trabalho do Cebi, Centro de Estudos Bíblicos. O que propomos neste artigo é algo semelhante, embora dito de outra maneira. O respeito pelos direitos humanos também nos dá um quadro para a interpretação da Bíblia. A consciência atual da humanidade sobre os direitos humanos já não pode mais ficar de fora quando fazemos nossa leitura da Bíblia.

Conheço alguns trabalhos que procuram estabelecer correspondências entre certos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e certos textos bíblicos. São trabalhos muito bons, que mostram como alguns dos direitos da Declaração já estavam presentes na Bíblia. Eles nos levam a pensar, o que é correto, que a Bíblia contribuiu para formar a mentalidade que gerou a Declaração. Agora, porém, chegou o momento contrário, isto é, o da Bíblia se aproveitar dessa mesma mentalidade que ajudou a formar para ser interpretada com toda novidade do Espírito, com todo respeito aos humanos direitos.

Três evangelistas trazem aquele episódio de um especialista da lei que pergunta a Jesus qual o maior dos mandamentos. Todos sabemos a resposta. Ao invés de um, Jesus dá dois inseparáveis mandamentos: o do amor a Deus e o do amor ao próximo. Sozinho, o amor a Deus não é a mais genuína tradição bíblica. O evangelista Lucas continua esta história narrando que o interlocutor de Jesus lhe perguntou: “mas quem é o meu próximo”. Tanto ontem como hoje é esta a questão, aquela que nos faz passar da letra ao Espírito.

Cláudio Vianney Malzoni
E-mail: mal: malzoni@unicap.br

6. AGOSTINHO. *A doutrina cristã*: manual de exegese e formação cristã. São Paulo: Paulus, 2002, p. 77.